



EDITORIAL

"Haja hoje para tanto ontem" é uma frase de Paulo Leminski que sempre lembro no final do ano. O fato do dia de hoje carregar consigo todos os compromissos e agendas do passado e ainda todas as expectativas e anseios pensados para o futuro, faz com que o final de ano seja uma espiral sem fim, uma viagem ao centro do próprio homem. Leminski foi um brincalhão com o tempo e já chegou a anunciar: "Abrindo um antigo caderno/ foi que eu descobri/ Antigamente eu era eterno". Afinal, o que fomos no passado, como isso nos fez no presente e que acontecerá até chegarmos ao futuro?

Nessas armadilhas que só o tempo prega, a poesia me parece o melhor consolo. Nada melhor que desejar um Feliz Natal e um ótimo Ano Novo com um pequeno fragmento de Cecília Meirelles "Não queiras ser o de amanhã/ Faze-te sem limites no tempo".

NESTA EDIÇÃO

:: Plataforma Dhesca Brasil: Primeira cartilha é lançada na CNDH.

:: Internacional: Protocolo Facultativo do PIDESC é aprovado

:: Relatorias Nacionais em Dhesca: Confirma os temas trabalhados pelas relatorias

:: Monitoramento divulga seu último boletim do ano

:: Circulando: As notícias recentes de nossas filiadas

Divulgue suas ações nos próximos números. Opiniões e sugestões de texto podem ser enviadas para comunicacao@dhesca.org.br

PLATAFORMA DHESCA BRASIL

UNESCO recebe a Plataforma Dhesca Brasil

No mês de novembro, a coordenação da Plataforma, acompanhada dos Relatores Nacionais, teve uma reunião com os representantes da UNESCO no Brasil para apresentar o projeto e as temáticas trabalhadas. Durante esta audiência, cada relator expôs os temas discutidos nas missões e alguns dos principais problemas para a efetivação dos direitos humanos no país. O trabalho foi elogiado e o diretor da UNESCO, Vicent Defourny, afirmou que a reunião garantiu um rico painel e que trouxe concretude para entender a dura realidade do Brasil. Defourny disse ainda ser necessário que a Plataforma esteja mais presente nos eventos da UNESCO e que a entidade seja mais provocada com cartas e denúncias elaboradas pela rede.

Confira a 1ª cartilha da Dhesca: Direito Humano à Moradia e Terra Urbana

Durante a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, a Plataforma Dhesca Brasil distribuiu o primeiro volume da coleção Cartilhas de Direitos Humanos. A coleção é composta por seis cartilhas, cada uma com um tema trabalhado pelo projeto Relatorias Nacionais em Dhesca: Alimentação e Terra Rural, Educação, Meio Ambiente, Moradia e Terra Urbana, Saúde e Trabalho. O conteúdo foi escrito pelos relatores e assessores das Relatorias que, a partir da experiência obtida nas Missões, desenvolveram um texto explicativo sobre os direitos humanos e os caminhos possíveis para a efetivação deles no Brasil.

O volume distribuído durante a Conferência foi o Direito Humano à Moradia e Terra Urbana, escrito pela relatoria Lúcia Moraes e pelo assessor Marcelo Dayrell. Durante o

Fórum Social Mundial, a Plataforma também irá distribuir outros volumes, com novas temáticas. Quer ver como ficou a cartilha? Ela já está no [site](#).

INTERNACIONAL

Protocolo Facultativo do PIDESC é aprovado

Na semana de comemoração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Nações Unidas aprovaram a adoção do Protocolo Facultativo para o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). A adoção do Protocolo Facultativo para o PIDESC é um passo histórico para o avanço dos direitos humanos. Só para comparar, o Protocolo Facultativo do Pacto para os Direitos Civis e Políticos foi assinado há 42 anos. Durante décadas movimentos sociais e ONG's trabalharam para a adoção do Protocolo Facultativo do PIDESC, mas a autorização das Nações Unidas para um grupo de trabalho no assunto só veio em 2006.

Com a aprovação do Protocolo do PIDESC é esperado maior acesso à justiça internacional para as vítimas de violações dos direitos econômicos, sociais e culturais, já que deverá ser estabelecido um procedimento que permite apresentação de denúncias individuais ou coletivas para o Comitê DESC.

RELATORIAS NACIONAIS EM DHESCA

Alimentação: No estado de Minas Gerais existe mais de 460 comunidades quilombolas e apenas uma possui a titulação devida. Para piorar o quadro do estado mineiro, esta única comunidade, a Porto Coris, teve suas terras alagadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Irapé. É para este cenário marcado pela constante negação dos direitos às comunidades tradicionais quilombolas que a rede de direitos humanos Plataforma Dhesca Brasil levou a Relatoria do Direito Humano à Alimentação e Terra Rural. O relator Clóvis Zimmermann e a assessora Jônia Rodrigues estiveram em Brejo dos Crioulos, localizado entre as cidades de Verdelândia e Varzelândia para investigarem as denúncias de violações de direitos humanos recebidas através das organizações CPT, CAA e RECID. De acordo com a denúncia, as 450 famílias moradoras do quilombo nunca foram atendidas na reivindicação pela área, composta por várias propriedades improdutivas, e não recebem atendimento do Estado. Sem terra para plantar e nem assistência a produção agrícola, o acesso à alimentação básica fica seriamente comprometido.

Educação: Em novembro, a relatora Denise Carreira participou de uma reunião convocada pela Unicef e Unesco, com representantes do Ministério das Cidades, MEC e Pronasci para apresentação do relatório da missão ao Complexo do Alemão. Na reunião foi discutida uma das solicitações da sociedade civil e comunidades da região do Complexo, como a construção de um Conselho da Cidade para monitorar as ações do PAC. A proposta será discutida internamente e o MEC se prontificou em incluir as escolas do Complexo do Alemão no programa Mais Educação.

A Relatoria também já realizou três etapas da missão que investiga o acesso à educação pelas pessoas privadas de liberdade. A Relatoria já esteve em Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. O próximo estado a ser visitado será o Distrito Federal. As informações coletadas farão parte do relatório nacional, que será apresentado ao Congresso Nacional em março de 2009 e integrarão o Informe Internacional 2009 do Relator Especial da ONU para o Direito à Educação, o costarriquenho Vernor Muñoz, sobre educação no sistema prisional no mundo.

Meio Ambiente: Enquanto a relatoria prepara a sua próxima missão, que acontecerá no ano que vem no Vale do Ribeira, a assessora Juliana Neves Barros representou a Plataforma Dhesca Brasil num evento do Parlasul, em Montevideu, sobre o Aquífero Guarani. Durante o evento ficou evidente a necessidade em socializar as informações com os próprios povos do Aquífero dos quatro países. O presidente do Parlasul, Dr.

Rosinha, apresentou durante o encontro uma política de uso das águas, que após ser discutida pelas organizações foi avaliada como ainda incipiente. Foi formado um grupo para estudar a proposta e encaminhar ao parlamentar novas propostas sobre os aquíferos e o uso de águas subterrâneas.

Moradia: A relatora Lúcia Moraes esteve em Macapá e em Manaus para realizar a Missão Cidades: o Norte do Brasil. Em Macapá, Lúcia esteve nas comunidades Mucajá, Lagoa dos Índios (quilombola) e nas ocupações Conjunto da EGO, Vale Verde e Baixada Pará. Em Manaus, a relatora realizou mais uma bateria de visitas e investigações, além de reuniões com lideranças e audiência pública. A cidade já foi tema de missão e a proposta de Lúcia Moraes foi verificar quais recomendações foram aplicadas e o que ainda falta para garantir o direito à moradia. Em breve, teremos o relatório para ser divulgado.

Saúde: A venda de senhas no sistema público de saúde do Rio de Janeiro foi o tema de um ofício enviado a Promotora de Tutela Coletiva de Defesa da Saúde, Sra. Patrícia do Couto Villela. O documento foi elaborado pela Relatoria Nacional do Direito Humano à Saúde, que esteve na capital carioca em outubro e recebeu diversas denúncias referentes ao funcionamento e organização do sistema de saúde na capital. Durante a Missão "Saúde para o Rio" foram ouvidas as comunidades do Complexo da Penha e do Alemão, além de várias entidades que trabalham com o tema. Os moradores afirmaram existir uma "máfia das senhas" nos postos municipais Del Castilho e Rodolfo Rocco, e também nos Hospitais dos Servidores do Estado e Miguel Couto.

MONITORAMENTO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

A secretaria do Contra-Informe do PIDESC divulgou o informativo de final de ano que contém um balanço sobre as atividades ocorridas durante 2008 e a agenda construída para o ano que vem. O Contra-Informe foi entregue ao Comitê em maio deste ano e ainda em outubro houve uma reunião com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e com o Itamaraty para sensibilizar o governo para a agenda do Comitê. Acompanhe todas as notícias da produção e articulação do Contra Informe, clicando [aqui](#).

CIRCULANDO: Soberania Alimentar

Neste mês, vamos conferir algumas notícias enviadas pelas entidades que integram a Plataforma Dhesca Brasil. Quer ter sua notícia veiculada por este boletim? Mande um e-mail para comunicacao@dhescbrasil.org.br

* A **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos** lançou o relatório "Direitos Humanos no Brasil 2008", com diversos artigos sobre o assunto. O livro é dividido em direito humano no meio rural, urbano, dhescas e políticas internacionais. Este é o oitavo relatório produzido pela rede, que desta vez trouxe temáticas novas, como a questão prisional a partir do recorte de gênero. O documento está disponível pelo site da Rede, pelo link: <http://www.social.org.br/relatorio%20dh%20brasil%202008.pdf>

* O **CEFEMEA** noticiou a eleição de uma cacique pela primeira vez no Mato Grosso do Sul. A eleição aconteceu numa aldeia urbana localizada em Campo Grande, capital do Estado. A índia terena Enir da Silva Bezerra, 53, venceu a disputa em eleição com 134 dos 277 votos da aldeia. Dois índios, outra mulher e um pastor evangélico também estavam na disputa. A cacique é uma das fundadoras da aldeia urbana Marçal de Souza, criada em 1995 e que possui 135 famílias indígenas.

* Após dez anos de espera, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizou a audiência para julgar escutas telefônicas ilegais ocorridas no Paraná, em 1999. A frente do caso estão a **Justiça Global**, o **MST**, a RENAP e a **Terra de Direitos**. Na época o caso ficou nacionalmente conhecido por envolver a juíza da comarca de Loanda, policiais militares e até o Secretário de Segurança do Paraná do governo Lerner (1994-2002). A principal acusação é que a Juíza Elizabeth Kather autorizou indevidamente o grampo de um telefone utilizado pela secretária do MST, mesmo sem fundamentar juridicamente sua decisão, além do que as gravações foram divulgadas para a mídia, com edições distorcidas. Os petionários do caso irão enviar as alegações finais até final de janeiro e a expectativa é que o resultado seja divulgado em, no máximo, seis meses.

***Conectas**: Por ocasião do aniversário da Declaração Universal de Direitos Humanos, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, fórum criado em 2006 de que a Conectas faz parte, enviou no último dia 10 de dezembro um comunicado ao Ministério das Relações Exteriores, à Secretaria Especial de Direitos Humanos e à Secretaria Geral da Presidência da República, pedindo pela prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais. Acompanhe o documento na íntegra: http://www.conectas.org/arquivospublicados/60anosDUDH_Comite.pdf

* O **MAB** divulgou na sua página mais um crime ambiental envolvendo hidrelétrica. Em Rondônia toneladas de peixes apareceram mortos no Rio Madeira, próximo ao canteiro de obras da Hidrelétrica de Santo Antônio. O local está fétido, cheio de urubus e os funcionários do consórcio Madeira Energia estão improvisando máscaras para poderem respirar no local. São pelo menos três toneladas de surubins, jaraquis, tambaquis, pirapitingas, pescadas, tucunarés e douradas, mortos por falta de oxigenação da água, em consequência das obras. Para o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) isso prova que a licença ambiental de Santo Antônio foi concedida a partir da pressão das empresas, principalmente Furnas e Odebrecht, as acionistas majoritárias. Os ministérios públicos de Rondônia - federal e estadual - ajuizaram uma Ação Civil Pública (ACP) por ato de improbidade administrativa contra o presidente do Ibama e seu diretor de licenciamento. As liminares pedem o afastamento dos dois e a anulação da licença de instalação concedida por ambos. Os problemas ambientais ocasionados pela construção dessas hidrelétricas já foram tema de Missão da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente.

EXPEDIENTE

Secretária Executiva da Plataforma DhESCA Brasil

Lígia Cardieri: ligiacardieri@gmail.com

Secretário Assistente da Plataforma DhESCA Brasil

Gabriel Jamur Gomes: secretariadhesc@yahoo.com.br

Assessoria de Comunicação Social

Laura Bregenski Schuhli: comunicacao@dhescbrasil.org.br

Endereço : Secretaria Executiva da Plataforma DhESCA Brasil

Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro – CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil
Tel: +55 (41) 3014-4651 - + 55 (41) 3232-4660

Mais informações sobre a Plataforma DHESCA Brasil acesse o site:

www.dhescbrasil.org.br